



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1151/2022  
(à MPV 1151/2022)

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 4º** Ficam reconhecidos como ativos financeiros os títulos lastreados em créditos decorrentes de certificação dos serviços de:

- I – redução de emissões ou remoção de gases de efeito estufa;
- II – manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal;
- III – conservação e melhoria da biodiversidade, do solo e do clima; ou;
- IV – geração de outros benefícios ecossistêmicos, conforme a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, instituída pela Lei no 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

**Parágrafo único.** Os créditos devem ser emitidos segundo processo de valoração, validação, monitoramento, verificação e certificação em conformidade com a Lei nº 14.119 de 2021.

- I – (Suprimir)
- II – (Suprimir)
- III – (Suprimir)
- IV – (Suprimir)”

**JUSTIFICATIVA**

O texto da Medida Provisória estabeleceu em seu art. 4º que:

“*Art. 4º Fica reconhecido como ativo financeiro o ativo ambiental de vegetação nativa que propicia:*



CD/23326.29651-00



\* C D 2 3 3 2 6 2 9 6 5 1 0 0 \*



*I - o incentivo às atividades de melhoria, de restauração florestal, de conservação e de proteção da vegetação nativa em seus biomas;*

*II - a valoração econômica e monetária da vegetação nativa;*

*III - a identificação patrimonial e contábil; e*

*IV - a possibilidade da utilização de tecnologias digitais com registro único, imutável e com alta resiliência a ataques cibernéticos.*

*Parágrafo único. O ativo ambiental de vegetação nativa a que se refere o caput pode decorrer de:*

*I - redução de emissões ou remoção de gases de efeito estufa;*

*II - manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal;*

*III - conservação e melhoria da biodiversidade, do solo e do clima; ou*

*IV - outros benefícios ecossistêmicos, conforme a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, instituída pela Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021."*

Embora meritória a iniciativa, que busca incentivar o mercado de carbono e a comercialização de créditos de biodiversidade, o texto traz impropriedades conceituais que podem gerar insegurança jurídica e instabilidade ao mecanismo proposto.

Da forma como inicialmente redigido, o texto pode levar ao entendimento de que o ativo ambiental em si passa a ser reconhecido como ativo financeiro, enquanto o que se buscou, acredita-se, tenha sido permitir e favorecer a comercialização de créditos de carbono ou outros títulos congêneres.

O propósito é evidenciado no texto de divulgação<sup>1</sup> reproduzido a seguir:

*"O ato tem por objetivo de incrementar o mercado créditos de carbono, crédito de biodiversidade e pagamentos por serviços ambientais e aproveitar o enorme potencial de conservação do Brasil, que conta com uma das maiores coberturas de vegetação nativa do planeta, correspondendo a 66% do território.*



CD/23326.29651-00



\* C D 2 3 3 2 6 2 9 6 5 1 0 0 \*



[...]

*Outro instrumento de enorme importância e muito tempo aguardado é o reconhecimento do ativo ambiental de vegetação nativa, que propicia o incentivo às atividades de melhoria, restauração, conservação e proteção da vegetação nativa em seus biomas; a valoração econômica e monetária da vegetação nativa e sua identificação patrimonial e contábil."*

A visualização do ativo ambiental em si como um ativo financeiro geraria reflexos severos na contabilidade das empresas, na tributação e até mesmo no pagamento por serviços ambientais, provocando mais entraves do que benefícios ambientais.

Deve-se deixar bastante claro que o componente financeiro desse arranjo se concentra no ativo intangível (o crédito), associado ao reconhecimento legal do serviço correspondente (captura de carbono, por exemplo), e não no ativo ambiental em si.

Cabe trazer à pauta a definição de crédito de carbono especificada na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que pode ajudar no entendimento da matéria:

*"Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:*

[...]

*XXVII - crédito de carbono: **título** de direito sobre **bem intangível** e incorpóreo **transacionável**. "*

Na mesma linha segue o Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022:

*"Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:*

*I - **crédito de carbono** - **ativo financeiro**, ambiental, transferível e representativo de redução ou remoção de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente, que tenha sido reconhecido e emitido como crédito no mercado voluntário ou regulado."*

Nos parece equivocado, ainda, tratar o ativo ambiental como algo que decorre da redução de emissões, bem como dos demais serviços. A relação entre



o ecossistema, os serviços ecossistêmicos e os serviços ambientais é apresentada no seguinte trecho da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais:

*"Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*I - **ecossistema:** complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microrganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional;*

*II - serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade **gerados pelos ecossistemas**, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades:*

*[...]*

*III - **serviços ambientais:** atividades individuais ou coletivas que **favorecem a manutenção**, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos"*

E especificamente em relação à captura de carbono, defendemos a possibilidade de contemplar nesse escopo aquela realizada por espécies não nativas, o que não se fez na proposta original trazida na MP, que reconhece apenas “o ativo ambiental de vegetação nativa”.

Ademais, para a desejada valorização da biodiversidade, manteve-se a redação do inciso III do parágrafo único do art. 4º da MP, embora mereça ressalva que ainda não há metodologia consagrada que dê os devidos contornos à fungibilidade desse componente.

Essas são as alterações que, no nosso entendimento, mantêm o objetivo central da MP intacto, afastando-se efeitos colaterais indesejáveis que poderiam ocorrer com a aplicação do texto original.

[1] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/publicada-medida-provisoria-que-legaliza-ativo-ambiental-de-vegetacao-nativa#:~:text=O%20ato%20tem%20por%20objetivo,correspondendo%20a%2066%25%20do%20territ%C3%B3rio> Acesso em: 31 jan. 2023.



CD/23326.29651-00



\* C D 2 3 3 2 6 2 9 6 5 1 0 0 \*



Sala da comissão, 2 de fevereiro de 2023.

**Deputado Zé Vitor**  
**(PL - MG)**



CD/23326.29651-00



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233262965100>



exEdit

\* C D 2 3 3 2 6 2 9 6 5 1 0 0 \*